

EDITORIAL

A violência de gênero contra mulheres é uma prática que hoje está mais reconhecida e mesmo condenada; mas ainda assim, é uma prática que atravessa o tempo e traz impactos nas vidas das mulheres, principalmente das mulheres negras e pobres. A ferramenta analítica da interseccionalidade, cunhada pelo movimento feminista negro nos permite compreender melhor o modo como diferentes mulheres são vítimas dos diversos tipos de violência.

O tempo atual traz notícias que demonstram a atualização dessa violência e aponta para a necessidade de continuarmos as lutas e resistências. Os movimentos feministas historicamente estabeleceram práticas de denúncias e vêm lutando para criar formas de proteção às mulheres. No Brasil, efetivamente podemos dizer que o diálogo entre o Estado e os movimentos feministas resultou no estabelecimento de políticas de proteção às mulheres. Longe está de podermos dizer que essa seja uma questão resolvida, mas não podemos negar que tivemos avanços. Mas esta ainda é uma luta contínua e os quatro anos de um governo de extrema direita que vivemos entre 2018 e 2021 nos mostra o quanto nossas lutas precisam ser reafirmadas todos os dias.

Acreditamos que estudar, denunciar, criar políticas é o caminho para o estabelecimento de um novo padrão civilizacional onde as vidas das mulheres sejam respeitadas. Mulheres cis, mulheres transgêneras, mulheres homossexuais ou heterossexuais, mulheres negras, mulheres brancas, mulheres indígenas, quilombolas, de população ribeirinha, mulheres pobres, mulheres com baixo nível educacional ou alto nível, mas que precisem de apoio, mulheres com necessidades especiais – enfim, todas mulheres que precisam ser vistas em suas diversidades e respeitadas por serem mulheres.

Nessa edição, tivemos como objetivo exatamente congregiar estudos que se voltem para essa realidade, apontando não apenas a violência ainda existente, mas as práticas e resistências que vêm sendo cotidianamente construídas. Nos interessava, ainda, conhecer como essas realidades são vividas nas diversas regiões e quais estratégias e políticas são construídas.

Essa edição começou a ser pensada após a realização do Seminário “Expressões da violência contra as mulheres: feminismos e práticas de resistência” organizado por nós, em 2022. Este seminário contou com a participação da feminista, escritora e professora Ana Carolina Coelho, a feminista, assistente social e professora Ebe Campinha

e a médica de família e comunidade Evelin Gomes Esperandio. A riqueza das apresentações e dos debates nos motivou a dar continuidade àquelas reflexões.

É difícil definir o feminismo, por isso, sempre utilizamos a expressão movimentos feministas no plural. Mas é importante registrar aqui nossa recusa à um feminismo liberal. Entendemos que o feminismo deva ser complexificado. Somos adeptas de um feminismo antirracista, decolonial, anticapitalista, antiliberal, antiLGBTQIA+fóbico, anti-heteronormativo, ecossocialista e anti-capacitista¹.

Em lugar algum do mundo podemos dizer que esteja garantida uma vida sem violência para as mulheres. Mas não podemos falar do mundo aqui; ele é muito grande e generalizações são sempre perigosas. Falemos de nosso país, falemos do Brasil que possui uma história onde a violência de forma geral está muito entrelaçada. O genocídio da população indígena, as relações escravistas que aqui demoraram tanto a terminar – e de certa forma, se prolongam até hoje – marcam nossa história como sociedade.

Por isso, falar da violência contra mulheres no Brasil, significa inserir tal violência nesse caldo cultural já bastante violento. Nesse sentido, falar da violência contra mulheres em nosso país é falar de uma realidade misógina e sexista, mas também racista, etarista e capacitista. E as estatísticas estão aí para demonstrar o quanto não podemos garantir uma vida com segurança para as mulheres – e é sempre bom lembrar que as estatísticas apontam na verdade a ponta de um iceberg, pois nem todas as violências são notificadas².

Mas se vivemos em uma sociedade que sempre foi violenta com suas mulheres, vivemos numa sociedade em que as mulheres historicamente se fizeram presentes na luta, na luta por educação, na luta por melhores condições de trabalho, na luta contra a violência, na luta por participação política. É essa resistência que se faz necessário reforçar.

Nesse sentido, aqui reunimos alguns artigos, envolvendo realidades diferenciadas e variados temas que nos levam a refletir acerca das diversas formas de violência ainda vigentes, mas também das resistências construídas diariamente.

O texto de Silvana Marinho, “Livres como pássaras”? Acumulação primitiva, caça às bruxas e a expropriação misógina”, que dá início a essa publicação é

¹ Uma definição inspirada em Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser no livro **Feminismo para os 99%** - um manifesto, publicado pela Editora Boitempo, em 2019.

² Acerca dessa questão, ver por exemplo, a publicação do Instituto de Segurança Pública, **Dossiê Mulher 2023** [livro eletrônico]. Elaboração de Elisângela Oliveira et al, 18. ed., Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2023. (Série estudos; v. 2) PDF.

profundamente atual ao analisar a caça às bruxas, como um processo de natureza histórica, estrutural e permanente na modernidade. Tomando por base a produção da historiadora italiana Silvia Federici o texto nos permite compreender a violência de gênero como um fenômeno moderno que condensa na representação da “bruxa” as práticas advindas de um feminino que resiste à opressão e à exploração. Já Ana Luiza Rodrigues Silva e Janice Gusmão Ferreira de Andrade, no texto “Reflexões sobre violência e a violência contra mulheres” aprofundam essas reflexões a partir da análise documental, acerca da violência contra as mulheres no contexto atual.

Camila Welikson, em “Para além das páginas policiais: disputas discursivas acerca da violência”, tem como objeto de estudo notícias relacionadas à violência contra as mulheres no final dos anos 1970 e 1980. A autora mostra as disputas discursivas e o modo como as ativistas influenciaram o discurso midiático e mudaram a produção noticiosa. O texto trabalha com análise documental, mas também recupera as falas das feministas de então e o modo como essas resistiram e conseguiram construir uma outra imagem para as mulheres. Igualmente trabalhando com a questão das representações temos o texto de Ana Carolina Eiras Coelho Soares, “Violências de gênero em narrativas literárias: heranças históricas, formas e conteúdos em best-sellers contemporâneos”, que analisa as representações culturais e de gênero presentes na trilogia *Cinquenta Tons de Cinza* que obteve grande sucesso comercial. A autora busca desvelar as interações entre prazer, erotismo e violência presentes na trilogia.

O texto de Evelin Esperândio Gomes, “Violência contra as mulheres no contexto da atenção primária: práticas de resistência” tem como locus de análise o espaço da saúde e compreende a Atenção Primária à Saúde como peça central na execução das políticas públicas de enfrentamento à violência, especialmente o feminicídio. O estudo parte da literatura existente e busca fazer uma “ponte” com a prática profissional dos profissionais de saúde.

É com prazer que registramos o texto “Gênero na Amazônia: resistências às violências do capitalismo-patriarcal-racista” assinado por Márcio Oliveira, Carla Letícia Carvalho Campinas, João Victor Silva Cabral e Fernanda Machado Melo, por nos possibilitar a reflexão acerca da sociedade amazonense. O estudo discute a violência de gênero na Amazônia, seu contexto institucional e as resistências também presentes, permitindo ver na região, as múltiplas formas de embate protagonizadas pelos movimentos feministas.

O Nordeste se faz presente nesse dossiê no texto de Ticiane Pereira dos Santos Vieira, Jaqueline da Silva Lima e Elvira Simões Barreto, “Violência e rede de atendimento às mulheres em Alagoas e Sergipe”. O texto tem como objetivo exatamente a reflexão acerca da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nos dois estados e revela os avanços na construção dessa rede, embora ainda permaneçam áreas que ainda não foram contempladas, o que expressa a lógica neoliberal de gestão do Estado, sustentada nas relações de opressão de classe, gênero e etnia.

Acerca do estado do Rio de Janeiro, temos o texto de Betânia Maria Ramos da Silva que analisa “A intervenção do Serviço Social no Centro integrado de atendimento à mulher Márcia Lyra”. O texto compreende a importância dessa profissional na intervenção dos casos de violência que pode acometer todas as mulheres, demonstrando a prática profissional articulada com a teoria, no qual envolvem as dimensões técnico-operativo, ético metodológico e ético-político.

Thiago Aranha, André Misaka e Mariko Hahashiro analisam as “Formas de resistência e aquilombamento da população transexual no Brasil” a partir das categorias de análise “sofrimento ético político” e “saúde ético-política”. O estudo mostra a importância dessas formas de resistência e do aquilombamento na promoção dos direitos e a promoção do acesso a tais para a população transexual no Brasil.

Problematisando outro tema polêmico no Brasil – e nos próprios movimentos feministas – Fernanda Mikaelle Alves de Oliveira, Ítalo Lima da Silva, Ariele França de Melo e Vitória Branda de França Cunha discutem “A prostituição como fenômeno social e o sistema capitalista-patriarcal no Brasil”. O texto analisa a prostituição a partir do sistema capitalista-patriarcal, suas representações e direitos profissionais, além de discutir sobre as violências a que são submetidas essas mulheres profissionais do sexo.

O texto “Políticas públicas para assegurar vidas: a mulher gestante em situação de rua” de Vivian dos Santos, Vanessa Ferreira Araujo e Fernanda de Oliveira Sarreta tem como objetivo analisar as políticas públicas para a mulher gestante em situação de rua. Ao apontar os avanços presentes nas legislações e ações; sinaliza também os limites e a ausência de políticas públicas específicas para esse público. Como enfatizam, trata-se de tema ainda pouco discutido, perpassado por expressivas violências: de gênero, raça e classe, marcadores ainda pouco considerados nas políticas públicas.

O texto de Mariana Nicolau Oliveira, “Meninas privadas de liberdade: reflexões sobre gênero, socioeducação e violência” aborda outro tema pouco explorado. O estudo

se desenvolveu na única unidade feminina de internação do DEGASE³, constatando a presença de violência institucional de gênero, ainda que reconheça a existência de ações para promover a diversidade sexual e a igualdade de gênero.

O dossiê se conclui com o texto de Jackeline Marins e Mônica Senna, “Cidadania política das mulheres: desigualdade e violência” que estuda as desigualdades de gênero que afetam o exercício da cidadania política das mulheres com mandato parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), de 2019 a 2023. O texto aponta a persistência das múltiplas formas de violência contra mulheres parlamentares, resultando em opressões que as mantêm, historicamente, afastadas da arena política, território tradicionalmente masculino. Mas aponta também a persistência das mulheres em ocuparem esses espaços, concluindo o texto apresentando sugestões de medidas institucionais que possam contribuir para erradicar as formas de violência sofridas pelas parlamentares.

Enfim, os textos são múltiplos e múltiplos são também os espaços investigados, as políticas analisadas, as diversas mulheres que foram sujeitos desses estudos: bruxas, prostitutas, mulheres em situação de rua, meninas em privação de liberdade, mulheres transgêneras, trabalhadoras, parlamentares, todas, sofrendo em alguma medida formas de violência.

Todas mulheres e de algum modo, todas também “bruxas” da atualidade, reafirmando um feminino que não se quer uno e segue insubordinado resistindo à opressão e exploração. Abranger todas as formas de violência contra as mulheres é impossível em qualquer publicação. Até porque a própria definição de violência precisa ser complexificada. A violência ocorre em qualquer espaço, na casa, no trabalho, nas ruas e as políticas precisam assumir o componente não domiciliar que a violência possui. As mulheres precisam ter sua integridade garantida em qualquer espaço. A vida das mulheres importa. Não é não! Quem ama não mata – são frases que precisam ecoar.

Por fim, temos nessa edição dois textos de fluxo contínuo, ambos abordando questões do ensino superior. O texto de Josiane Fonseca de Barros e Fátima Pereira (“Articulação Ensino Superior e Ensino Básico para formação de professores: em busca do terceiro espaço”) apresenta um estudo de caso em que refletem acerca de um processo envolvendo relações de caráter democrático e uma escuta sensível, como fatores determinantes para a construção de práticas reflexivo-transformadoras. Já o texto de

³ Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro.

Alzira Mitz Bernardes Guarany, “Encontros dialógicos – relatos de uma experiência de extensão universitária em saúde do trabalhador inspirada em Paulo Freire” analisa a recente experiência de curricularização universitária enquanto uma oportunidade de uma interlocução transformadora entre a universidade e setores da sociedade civil.

Concluindo, escrevendo esse editorial convivemos também com os ecos do Caso Marielle. O dossiê se conclui com um texto que fala da vivência e da violência na Alerj, no cotidiano das mulheres parlamentares. Nada melhor elucida essas violências do que terminarmos falando de Marielle, a vereadora, a mulher negra, lésbica, proveniente de populações vulnerabilizadas.

Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados a seis anos atrás. Para sermos mais claras, foram executados. Respirando neste momento ares mais democráticos com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2022, este caso pode ser devidamente investigado. E ainda que nem todas as respostas tenham sido dadas, percebemos avanços e começamos a ver os culpados (executores, mandantes e idealizadores) sendo presos.

É falando de Marielle e seu legado que queremos terminar esse editorial.

Marielle, presente!

Profa. Dra. Luciene Medeiros, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio, Departamento de Serviço Social.

Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas, Universidade Federal Fluminense/UFF, Escola de Serviço Social - Niterói.